

## **A GRAMÁTICA DE USOS É UMA GRAMÁTICA FUNCIONAL**

Maria Helena de Moura NEVES<sup>1</sup>

- **RESUMO:** Este trabalho discute as relações entre discurso e gramática. As diversas propostas funcionalistas são examinadas para mostrar que a gramática de usos é uma gramática funcional, isto é, uma gramática que relaciona padrões gramaticais e padrões discursivos, abrigando estrutura e função.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Gramática funcional; discurso e gramática.

Um dos grandes temas em discussão nas reflexões sobre linguagem de base funcionalista diz respeito às relações entre discurso e gramática. Se afirmações como “a gramática de hoje é o discurso de ontem” ou “o discurso de hoje é a gramática de amanhã” têm parecido muito extremadas, a noção de que a gramática é sensível às pressões do uso parece não poder ser negada. Diz Du Bois (1993a) que o que equaciona as relações entre discurso, ou uso, e gramática são as seguintes proposições: a) a gramática molda o discurso; b) o discurso molda a gramática; ou: “a gramática é feita à imagem do discurso”; mas: “o discurso nunca é observado sem a roupagem da gramática” (p.11).

É assim que as reflexões sobre o modo funcionalista de investigação da linguagem têm de começar pelo próprio modelo de interação linguística. Na verdade, entender a gramática como sensível às pressões do uso – mais especificamente pela capacidade de escolha do falante na

---

1 Departamento de Linguística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

sua produção linguística – é integrar a organização gramatical em uma teoria global da interação. Concebendo a língua como instrumento que estabelece relações comunicativas entre os usuários, o paradigma funcional (Dik, 1978; 1989) coloca a expressão linguística como mediação entre a intenção do falante e a interpretação do destinatário. Assim, a expressão linguística não pode ser analisada autonomamente sem a consideração de que ela é função, de um lado, da intenção e da informação pragmática do falante, e, de outro, da informação pragmática do destinatário, bem como de sua conjectura sobre qual tenha sido a intenção comunicativa do falante. Quando o falante diz algo, ele tem uma intenção comunicativa, um plano mental relativo a alguma modificação na informação pragmática do destinatário, e isso vai determinar escolhas na formulação linguística: a formulação tem de ser capaz de provocar no destinatário o desejo de modificação da informação pragmática tal como a pretendeu o falante, e este, por sua vez, tem de ter sido capaz de antecipar a interpretação que sua formulação poderia obter daquele destinatário, naquele determinado estado de informação pragmática. Isso implica dizer que, do lado do destinatário, a interpretação da formulação linguística se faz basicamente segundo a informação pragmática que ele já possui, enquanto, do lado do falante, a seleção do que deve constituir a expressão linguística, embora provenha de sua intenção comunicativa, depende da informação que ele possua sobre qual seja a informação pragmática de seu destinatário naquele momento.

O que está implicado nesse modelo é uma integração de sintaxe e semântica, dentro de uma teoria pragmática, o que envolve intervenção:

- dos papéis envolvidos nos estados de coisas designados pelas predicções (funções semânticas);
- da perspectiva selecionada para apresentação dos estados de coisas na expressão linguística (funções sintáticas);
- do estatuto informacional dos constituintes dentro do contexto comunicativo em que eles ocorrem (funções pragmáticas).

Trata-se, como diz Gebruers (1984), de uma teoria que procura oferecer “um quadro para a descrição científica da organização linguística em termos das necessidades pragmáticas da interação verbal, na medida em que isso é possível” (p.349). A gramática é vista, então, como uma teoria de componentes integrados, uma teoria funcional da sintaxe e da semântica, a qual, entretanto, só pode ter um desenvolvimento satisfatório dentro de uma teoria pragmática, isto é, dentro de uma teoria da interação verbal. Requer-se dela, pois, que seja “pragmaticamente adequada” (Dik, 1978, p.6), embora se reconheça que a linguagem só

pode funcionar comunicativamente por meio de arranjos sintaticamente estruturados (Dik, 1980, p.2). A especificação gramatical de uma expressão, por outro lado, inclui a descrição semântica, não se admitindo a existência de uma sintaxe autônoma (Dik, 1989, p.2).

Qualquer uma das propostas funcionalistas pode ser invocada para verificar o tratamento da frase enquanto ato de interação, enquanto peça de comunicação real. Basta ver as “camadas” de Dik (predicação – proposição – frase), ou as “funções” da frase, de Halliday, além da proposta de De Lancey (1981) sobre as noções de “fluxo de atenção” e de ponto de vista”, ligadas à organização das frases no discurso.

Dik propõe níveis, ou camadas, de organização da estrutura subjacente da frase. No nível 1 está o predicador, que designa relações e propriedades, e os termos, que se referem a entidades; no nível 2 se produz a predicação, que designa um estado de coisas, uma codificação linguística que o falante faz de uma situação; no nível 3 está uma estrutura de ordem mais alta, a proposição, que designa um “conteúdo proposicional”, ou seja, um fato possível; a proposição revestida de força ilocucionária constitui, no nível 4, a frase (“clause”, em Dik), que corresponde a um ato de fala.

Nas três metafunções (isto é, tipos de função) de Halliday, chamadas de “textual”, “ideacional” e “interpessoal”, a “oração” é a “realização simultânea” de três “significados”: uma “mensagem” (significado como relevância para o contexto), uma “representação” (significado no sentido de “conteúdo”), e uma “troca” (significado como forma de ação). Segundo Halliday (1985), diferentes redes sistêmicas codificam diferentes espécies de significado, ligando-se, pois, às diferentes funções da linguagem. Assim, o sistema de *transitividade*, especificando os papéis dos elementos da oração, como “ator”, “meta” etc., codifica a experiência do mundo, e liga-se, pois, com a função ideacional; o sistema de *modo* (do qual deriva o de *modalidade*), especificando funções como “sujeito”, “predicador”, “complemento”, “finitude”, diz respeito aos papéis da fala, e liga-se, pois, com a função interpessoal; os sistemas de *tema* e de *informação*, especificando as relações dentro do próprio enunciado, ou entre o enunciado e a situação, dizem respeito à função linguisticamente intrínseca, a função textual. Dentro de cada sistema, as escolhas se fazem com respeito a um determinado nível gramatical. Assim, no nível da frase, é obrigatória a escolha referente ao sistema de *modo*, já que toda e qualquer frase há de ser ou declarativa, ou interrogativa, e assim por diante. Cada sistema maior implica subsistemas, nos quais o modo de operação se repete, levando a escolhas cada vez mais específicas. Cada elemento da língua é explicado por referência à sua função no sistema linguístico total. Nesse sentido, uma gramática funcio-

nal é aquela que constrói todas as unidades de uma língua – suas orações, suas expressões – como configurações orgânicas de funções, e, assim, tem cada parte interpretada como funcional em relação ao todo.

Hengeveld (1989) apresenta um modelo de análise da frase em dois níveis, no qual se pode ver uma certa integração do funcionalismo da escola da Holanda (Dik e seguidores) com o de Halliday:

1) Representacional (relacionado com o evento narrado): o enunciário compreende a que situação (real ou não) se faz referência.

2) Interpessoal (relacionado com o evento de fala): o enunciário reconhece a intenção comunicativa do enunciador.

No nível representacional estão os estados de coisas, entidades às quais as sentenças (como “expressões referenciais”, que ocorrem em algum tempo e lugar) se referem. No nível interpessoal há uma estrutura ilocucionária abstrata, que expressa a relação entre o falante, o destinatário e a mensagem, ou conteúdo transmitido.

A “cláusula”, ou frase, representa a combinação dos dois eventos, o narrado e o de fala; nessa análise, a predicação preenche duas funções:

a) designa o estado de coisas no nível representacional (a “predicação” de Dik);

b) representa o conteúdo do ato de fala no nível interpessoal (a “proposição” de Dik).

De um ponto de partida que é a predicação, passa-se, subseqüentemente:

a) à expressão referencial;

b) à expressão referente à unidade de informação (ou conteúdo transmitido em um ato de fala);

c) finalmente, à fala real.

No modelo de Halliday se encontra estabelecida uma relação sistemática entre a análise lingüística e o contexto de ocorrência dos enunciados, de tal modo que se pode encontrar, já nas suas primeiras propostas (Halliday et al, 1964), três variáveis situacionais de registro associadas aos três componentes metafuncionais do sistema lingüístico: o “campo” do discurso (a atividade social implicada), ligado ao componente experiencial; o “teor” do discurso (a distância social entre os parti-

cipantes), ligado ao componente interpessoal; o “modo” do discurso (o canal entre os participantes), ligado ao componente textual.

Duas possibilidades alternativas são assentadas como base para a organização da teoria lingüística, numa gramática funcional sistêmica, como a de Halliday: a “cadeia” (o sintagma) e a “escolha” (o paradigma) (Halliday, 1963). Como aponta Hudson (1986, p.809), há dois tipos de categorias em uma gramática sistêmica, os traços e as funções: o traço é uma categoria paradigmática, que relaciona um item com outros itens da língua que, sob algum aspecto relevante, são similares, enquanto a função é uma categoria sintagmática. Uma gramática sistêmica é, acima de tudo, paradigmática, isto é, coloca nas unidades sintagmáticas apenas a realização, reservando, para o nível abstrato e profundo, as relações paradigmáticas. A consideração do sistêmico implica a consideração de escolhas entre os termos do paradigma, sob a idéia de que escolha produz significado. A gramática é, afinal, o mecanismo lingüístico que liga umas às outras as seleções significativas que derivam das várias funções da linguagem, e as realiza numa forma estrutural unificada (Halliday, 1973a, p.364). A gramática organiza as opções em alguns conjuntos dentro dos quais o falante faz seleções simultâneas, seja qual for o uso que esteja fazendo da língua (1973b, p.365).

A questão das “escolhas” tem de ser vista, também, dentro da dicotomia restrições/escolhas que representa a própria duplicidade básica implicada no complexo em que se constitui a atividade lingüística dos falantes. Na verdade, a competência lingüística dos sujeitos é entendida, numa teoria funcionalista da linguagem, como a capacidade que os falantes têm não apenas de acionar a produtividade da língua (jogar com as restrições), mas também – e primordialmente – de proceder a escolhas comunicativamente adequadas (operar as variáveis dentro do condicionamento ditado pelo próprio processo de produção).

A primeira decorrência da adoção dessa dicotomia como diretriz de investigação é o estabelecimento de duas asserções aparentemente contraditórias:

1) As diversas modalidades de língua (falada e escrita), assim como os diversos registros (tenso, frouxo etc.) têm as mesmas regularidades (tanto nas estruturas como nos processos), e a mesma gramática.

2) As diversas modalidades e os diversos registros têm, entretanto, características diferentes e peculiares, ligadas à própria implementação das determinações do sistema, para a qual, em princípio, são relevantes as condições de produção.

Desse modo, pode-se dizer que o sistema é o mesmo, mas que o aproveitamento das possibilidades é dependente das condições de produção. A gramática busca regularidades, busca especificar a sistematicidade da atividade lingüística, porque sua finalidade não é dar conta de peculiaridades ou idiossincrasias de um determinado enunciado que um determinado falante produz em uma determinada situação. O que se põe em exame é a produção de sentido, e ela se opera no jogo que equilibra o sistema: o jogo entre as restrições e as escolhas, estas inscritas na natureza da atividade lingüística, bem como na sua função, suas condições de produção, suas estratégias, seu processo de produção, e até seu acabamento formal.

Mackenzie (1992) afirma que a gramática funcional ocupa uma posição intermediária em relação às abordagens que dão conta apenas da sistematicidade da estrutura da língua ou apenas da instrumentalidade do uso da língua. Ela tem como hipótese fundamental a existência de uma relação não-arbitrária entre a instrumentalidade do uso da língua (o funcional) e a sistematicidade da estrutura da língua (a gramática). Em outras palavras, a gramática funcional visa explicar regularidades dentro das línguas e através delas, em termos de aspectos recorrentes das circunstâncias sob as quais as pessoas usam a língua.

Como diz De Beaugrande (1993b, p.5), enquanto nas gramáticas formais se tende a deixar certas especificações funcionais para o domínio fluído da semântica, da pragmática e da estilística, nas gramáticas explicitamente "funcionais", pelo contrário, especificações funcionais ricas são acomodadas no esquema, de tal modo que a "descrição gramatical" contenha dados amplos para auxiliar uma descrição semântica, pragmática e estilística. Na verdade, é evidente uma oposição entre o funcionalismo e o estruturalismo, que colocou sob estudo a "langue" (a língua em si e por si mesma), descrevendo cada subdomínio (nível ou componente) por critérios internos, o que levava a uma ênfase nos dados formais. Ao apresentar a oposição entre as duas correntes, De Beaugrande (1993a, p.19) indica que o funcionalismo não aceitou essa atribuição dos dados funcionais ao uso da língua (à "parole"), ou à interação entre os subdomínios, e defendeu uma perspectiva mais integrativa na qual todas as unidades e os padrões da língua seriam compreendidos em termos de funções. Indica, ainda, que, desse modo, a "gramática" passa a incluir não somente os morfemas e as estruturas sintagmáticas, mas o seu embasamento cognitivo no conhecimento que a comunidade tem de como os processos e seus participantes são organizados (por exemplo, se uma Ação tem um Iniciador). O "discurso", por outro lado, é a rede total de eventos comunicativos relevantes, incluindo gestos, ex-

pressões faciais, manifestações emocionais e outros. E os dois conjuntos de subdomínios estão relacionados não pelo tamanho e pela constituição, mas por funções mutuamente controladoras, como as curvas de entonação que são típicas de certos padrões gramaticais em certos domínios do discurso (por exemplo, discursos políticos).

Na gramática funcional, noções “pragmáticas” – relativas às escolhas que o falante faz para distribuir a informação dentro de seu enunciado – são entendidas como internas à gramática. Essa visão, que necessariamente relaciona padrões discursivos a padrões gramaticais, faz uma integração da pragmática na gramática. O “fluxo de informação”, por exemplo, entra como fenômeno a ser investigado na gramática, e organizações como a de uma “estrutura argumental preferida” (Du Bois, 1987, 1993a, 1993b) são tomadas sob análise, uma análise que olha a forma que a estrutura argumental toma, e relaciona essa forma com a codificação da informação (nova ou velha).

O fluxo de atenção, segundo Chafe (1987), diz respeito aos aspectos cognitivos e sociais da “embalagem” que as pessoas fazem do conteúdo ideacional, quando falam. Em outras palavras, mais do que com o conteúdo ideacional do enunciado, o fluxo de informação tem que ver com a organização que nele obtêm categorias como “tópico e comentário”, “sujeito e predicado”, “informação dada e informação nova”, ou, ainda, “unidades de entonação”, “orações”, “frases” e “parágrafos”. O fluxo de informação determina a ordenação linear dos sintagmas nominais na frase, que se faz na seqüência que o falante considera adequada para obter a atenção do ouvinte, mas alterações da ordem podem atuar para controlar o fluxo de atenção.

Uma maneira de investigar a organização do fluxo de informação é exatamente considerar o “fluxo de atenção”. Levando-se em conta as noções de “fluxo de atenção” e de “ponto de vista” (De Lancey, 1981), entende-se que os eventos descritos no discurso e as entidades neles envolvidas não têm todos a mesma importância comunicativa, dispondo a organização discursiva de mecanismos capazes de marcar a relevância relativa dos diferentes eventos e entidades que se seguem no discurso. De Lancey distingue um fluxo de atenção natural, referente às estruturas perceptuais, e um fluxo de atenção lingüístico, referente aos mecanismos lingüísticos pelos quais esses valores são marcados nas frases; do fluxo de atenção lingüístico pode-se dizer, por exemplo, que, seguindo a ordem natural, ele parte de Origem (Agente, Experimentador) para Meta, e que ele se situa na posição mais à esquerda, na frase. O fluxo de atenção natural tem como base a ordenação temporal dos eventos, que deve ser refletida na frase, a não ser que haja alguma motivação especial

– potencialmente ligada ao próprio ponto de vista – que cause a não coincidência, e torne marcado o enunciado. Os pontos de vista a partir dos quais se descreve uma cena são dois, o de um observador externo e o de um dos participantes. Entende-se que os pontos de vista, valores essencialmente dêiticos, são especificados nas frases por meio de mecanismos lingüísticos apropriados que cada língua possui.

O que se postula, nessas propostas de investigação, é uma relação entre gramática e discurso que entende que o comportamento sintático-semântico pode ser mais bem explicado dentro de um esquema que leve em conta a interação de forças internas e externas ao sistema.

Entretanto, à estrutura conceptual dos estruturalistas (na qual as únicas forças que organizam a língua são as internas) não é necessário opor-se uma estrutura conceptual ligada a um funcionalismo do tipo que Du Bois (1985) denomina *transparente*, ou *sincrônico* (no qual se presume que *todos* os fatos sintáticos aparentemente autônomos são realmente resultados transparentes dos objetivos funcionais do falante). Du Bois indica uma posição intermediária que postula a interação de forças internas e externas em competição e que se resolvem no sistema. Afinal, exatamente por constituir uma estrutura cognitiva é que a gramática é sensível às pressões do uso; ou seja: flexível, porque ajustável (a partir de centros categoriais, ou núcleos nocionais), a gramática é passível de acomodação sob pressões de ordem comunicativa. Assim, na resolução do equilíbrio entre a determinação das forças externas e as estruturas, Du Bois (1985) propõe que as gramáticas sejam tratadas como sistemas adaptáveis, isto é, como sistemas parcialmente autônomos (por isso, sistemas) e parcialmente sensíveis a pressões externas (por isso, adaptáveis). Na explicação das gramáticas como "sistemas adaptáveis", forças motivadoras originadas em fenômenos externos penetram no domínio da língua, onde se encontram com forças internas. Nessa visão, fenômenos reconhecidos como intrinsecamente lingüísticos são tratados como forças dinâmicas, em vez de estruturas fixas, categorias, ou entidades.

Um dos pontos importantes na avaliação dessa posição é exatamente o fato de que, concebendo as regras e os princípios da gramática mais como tendências do que como regras absolutas com condições rígidas de aplicação, essa noção de uma competição de princípios, que atua tanto dentro de uma mesma língua como entre línguas, liga-se a uma aceitação da variabilidade da língua no espaço e no tempo, isto é, à concepção – fundamental no estudo do uso lingüístico – de que as línguas têm um caráter dinâmico.



NEVES, M. H. de M. The grammar on the use is a functional grammar. *Alfa (São Paulo)*, v.41, n.esp., p.15-24, 1997.

- **ABSTRACT:** *This paper discusses the relations between discourse and grammar. The various functionalist views are examined in order to show that a grammar of usages is a functional grammar, i.e., a grammar that relates grammatical patterns and speech patterns, putting together structure and function.*
- **KEYWORDS:** *Functional grammar; discourse and grammar.*

## Referências bibliográficas

BEAUGRANDE, R. de. *Introduction to the Study of Text and Discourse*. Wien: Universitäts Verlag, 1993a. cap.1. (Pré-impressão).

\_\_\_\_\_. *Functionality and Textuality*. Wien: Universitäts Verlag, 1993b. cap.3. (Pré-impressão).

CHAFE, W. Cognitive constraints on information. In: TOMLIN, R. *Coherence and Grounding in Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1987. p.21-51.

DE LANCEY, S. An interpretation of split ergativity and related patterns. *Language*, v.57, n.3, p.626-57, 1981.

DIK, C. S. *Functional Grammar*. Dordrecht: Foris Publications, 1978.

\_\_\_\_\_. *Studies in Functional Grammar*. London: Academic Press, 1980.

\_\_\_\_\_. *The Theory of Functional Grammar*. Dordrecht: Foris Publications, 1989.

DU BOIS, J. W. Competing motivations. In: HAIMAN, J. (Ed.) *Iconicity in Syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p.343-65.

\_\_\_\_\_. The discourse basis of ergativity. *Language*, v.6, n.4, p.805-55, 1987.

\_\_\_\_\_. Discourse and the ecology of grammar: strategy, grammaticization, and the locus. RICE SYMPOSIUM, 1993. Santa Barbara: University of California, 1993a. (Mimeogr.).

\_\_\_\_\_. La estructura argumental preferida y el cero absoluto. CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA DA AMÉRICA LATINA (ALFAL), 20, 1993. Veracruz, 1993b. (Mimeogr.).

GEBRUERS, R., DIK, C. S. Advances in functional grammar. *Lingua*, v.62, p.349-74, 1984.

HALLIDAY, M. A. K. Class in relation to the axes of chain and choice in language. *Linguistics*, v.2, p.5-15, 1963.

- HALLIDAY, M. A. K. *Explorations in the Functions of Language*. London: Edward Arnold, 1973a.
- \_\_\_\_\_. The functional basis of language. In: BERNSTEIN, B. (Ed.) *Class, Codes and Control*. London: Routledge and Kegan Paul, 1973b. p.343-66.
- \_\_\_\_\_. *An Introduction to Functional Grammar*. Baltimore: Edward Arnold, 1985.
- HALLIDAY, M. A. K. et al. *Linguistic Sciences and Language Teaching*. London: Longman, 1964.
- HENGEVELD, K. Layers and operators in functional grammar. *Journal of Linguistics*, v.25, p.127-57, 1989.
- HUDSON, R. Systemic grammar. *Linguistics*, v.24, p.791-815, 1986. (Review Article).
- MACKENZIE, J. L. What is functional grammar? CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET PHILOGIE ROMANES, 20, 1992, Zürich. Zürich, 1992. (Mimeogr.).